ANTROPOLOGIA

GT 4: ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES
COMPLEXAS

Sessão 1: Antropologia Urbana

COMO COMPREENDER O QUE NÃO PODE SER DITO? OS DESAFIOS DA PESQUISA COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Lígia Maria de M. C. Incrocci - UNIFEI

E-mail: ligia.incrocci@gmail.com

Carlos Alberto Máximo Pimenta - UNIFEI

E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com

Fomento: CAPES

O presente artigo parte de um quadro de 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra a criança e o adolescente denunciadas diariamente no país, e que culminam em um universo de 40 mil menores que vivem em situação de acolhimento. A situação de risco desses meninos e meninas é o fator desencadeante da dissertação de mestrado que subsidia este artigo, e que tem por base apreender como esses moradores de instituições de abrigo de uma cidade de Minas Gerais significam seu papel no mundo, quais são suas expectativas e seus sonhos, como interagem com seus pares, como vêm as condições nas quais vivem, como lidam com as diferentes violências presentes quando se está em risco. Partindo dos preceitos da Antropologia da Criança, traz-se a criança e o adolescente no papel de objetos da análise etnográfica, enquanto atores sociais ativos, produtores de cultura e inseridos em um contexto sócio histórico. Em condição na qual a principal fonte de dados sejam esses atores em si, não mais a visão que os adultos deles têm enquanto o seu “outro”. Considerando os quase quatro meses de corrente trabalho de campo pautado pelas orientações etnográficas e realizado em três instituições de acolhimento, o objetivo deste artigo é evidenciar o percurso, as angústias e a criatividade metodológica necessária a uma pesquisa para a qual a regra vigente era a de não fazer perguntas, fossem estas realizadas de modo direto, por meio de entrevistas, ou indiretas, no decorrer de um diálogo casual. O desafio se constituiu no como formar uma zona de significados a partir das falas espontâneas, do não dito, dos momentos de silêncio, dos gestos e olhares, que posteriormente eram registrados em caderno de campo e que se mostraram mais ricos do que qualquer entrevista ou questionamento.

Introdução

Este artigo é um recorte da minha dissertação de mestrado¹⁴, mais exatamente uma apresentação e discussão coletiva dos percursos metodológicos que tracei durante o trabalho de campo. Tais quais desenhos, filmes, sessões de manicure e cabeleireiro, fotografias, vídeos e brincadeiras de casinha. Todos estes representam métodos e técnicas alternativos diante da imposição da não pergunta, do não questionamento da realidade dessas meninas e meninos participantes da pesquisa e caracterizados em situação de risco.

A pesquisa de campo durou entre três e quatro meses, e foi feita em três instituições de acolhimento na cidade de Poços de Caldas, localizada no sudeste de

¹⁴ Faz-se importante destacar que este artigo será escrito em primeira pessoa por estar baseado em uma dissertação de mestrado também redigida pelo “eu”. No entanto, todas as argumentações e teorias aqui apresentadas são fruto de reflexões coletivas, e foram construídas em caráter de coautoria.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Minas Gerais. Cidade com aproximadamente 150 mil habitantes, que é ao mesmo tempo a 4ª colocada no ranking dos municípios com maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Minas (PNUD, 2013)¹⁵, com um IDHM de 0,779, e, conforme o Mapa da Violência 2012, está classificada em 5º lugar no ordenamento dos 70 municípios com 20 mil crianças e adolescentes ou mais, com as maiores taxas de atendimento por violências físicas no Brasil, ano 2011 (WAISELFISZ, 2012)¹⁶.

Dados que, embora curiosos, refletem uma cidade cujo caráter turístico e a cultura coronelista pungente ocultam as desigualdades, jogando para debaixo do tapete tudo aquilo que “enfeia” a cidade. Porém, por não ser o objetivo deste artigo expor o quadro sociocultural do município, cabe neste ponto indicar que a pesquisa foi realizada com cerca de 30 crianças e adolescentes, entre 2 e 16 anos, que atualmente estão abrigadas sob tutela do Estado após terem sido retiradas do convívio familiar em decorrência de situações de violências que configuram risco físico ou psicológico às mesmas.

A situação de risco desses meninos e meninas é o fator desencadeante da dissertação de mestrado¹⁷ que subsidia este artigo, e que tem por base apreender como esses moradores de instituições de abrigo de uma cidade de Minas Gerais significam seu papel no mundo, quais são suas expectativas e seus sonhos, como interagem com seus pares, como vêem as condições nas quais vivem, como lidam com as diferentes violências presentes quando se está em risco.

Partindo dos preceitos da Antropologia da Criança, traz-se a criança e o adolescente no papel de objetos da análise etnográfica, enquanto atores sociais ativos, produtores de cultura e inseridos em um contexto sócio histórico. Partindo da emergência, em seus múltiplos significados, de dar voz às crianças, de fazer pesquisas cuja principal fonte de dados seja a criança em si, não mais a visão que os adultos delas têm enquanto o seu “outro”. Deixo, no entanto, as discussões acerca do papel do pesquisador enquanto adulto em um universo de pesquisa com crianças e das dificuldades causadas por este distanciamento para as teorias de autores como Ângela

¹⁵ Informação obtida no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-Globlal-2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2013>. Acesso em: outubro de 2013.

¹⁶ É necessário destacar que, além da violência física caracterizada por Waiselfisz (2012), também são consideradas aqui, bem como foram identificadas no trabalho de campo, violências psicológica, sexual, simbólica, negligência, entre outras, todas igualmente graves.

¹⁷ Dissertação ainda não defendida em Banca.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Nunes (2009), Clarice Cohn (2000a, 2000b, 2005, 2006), Christina Toren (2005, 2006), Flávia Pires (2007) e Manuel Jacinto Sarmiento (2007), entre outros.

Ainda que a base da qual parto seja a voz ativa das crianças, conforme afirmam tais teorias, desloco aqui a discussão de um campo dual entre o adulto e a criança, e seus respectivos “outros”, transportando-a para as particularidades desta pesquisa e dos seus participantes. Tal transposição de enfoque é justificada justamente pelo não perguntar, o não dito, pois foi esta peculiaridade que determinou o tom das escolhas metodológicas e instrumentais que fiz, ou melhor, que se pode dizer foram feitas pelos próprios participantes, em sobreposição aos desafios do ser adulto e se fazer pesquisa com criança.

Considerando os quase quatro meses de corrente trabalho de campo pautado pelas orientações etnográficas e realizado em três instituições de acolhimento, o objetivo deste artigo é evidenciar o percurso, as angústias e a criatividade metodológica necessária a uma pesquisa para a qual a regra vigente era a de não fazer perguntas, fossem estas realizadas de modo direto, por meio de entrevistas, ou indiretas, no decorrer de um diálogo casual.

O desafio se constituiu no como formar uma zona de significados a partir das falas espontâneas, do não dito, dos momentos de silêncio, dos gestos e olhares que posteriormente eram registrados em caderno de campo, e que se mostraram mais ricos do que qualquer entrevista ou questionamento. A fim de sustentar teoricamente a prática antropológica aqui colocada, resgato Bronislaw Malinowisk em “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” (1997), quando destaca a importância de os autores narrarem nas pesquisas não apenas as suas conclusões, mas também as experiências que levaram até elas, explicitando o que denomina de três pedras basilares do trabalho de campo:

em primeiro lugar, como é óbvio, o investigador deve guiar-se por objectivos verdadeiramente científicos, e conhecer as normas e critérios da etnográfica moderna; em segundo lugar, deve providenciar boas condições para o seu trabalho, o que significa, em termos gerais, viver efectivamente entre os nativos, longe de outros homens brancos; finalmente, deve recorrer a um certo número de métodos especiais de recolha, manipulando e registrando suas provas. (1997, p. 21)

Esta comunicação traz as segunda e terceira pedras para discussão e reflexão. Foi, conseqüentemente, dividida em dois tópicos: a segunda pedra basilar, pautado pela argumentação que tange à observação e escrita etnográficas; e a terceira pedra basilar,

que abarca os outros instrumentos e métodos de coleta de dados utilizados no correr da pesquisa.

A segunda pedra

A respeito da primeira pedra, Malinowisk ressalta que a antropologia necessita de uma apresentação desinteressada da informação, precedida da descrição das condições sob as quais as observações foram efetuadas. Tal necessidade, segundo o autor, advém do fato de ser tênue a linha que separa os resultados das observações diretas e declarações das interpretações feitas sobre estas. É justamente esta linha que tento deixar clara por meio da proposta de apresentação e discussão coletiva dos percursos metodológicos.

Com o foco na segunda pedra, a tentativa será de apontar as nuances que fazem de uma observação direta ao mesmo tempo geral, ao ilustrar as “*condições adequadas ao trabalho etnográfico*” (MALINOWISK, 1997, p. 21), e particular, postas as peculiaridades de cada pesquisa, pesquisador, pesquisado, tempo, contexto, recorte. A condição inicial para que o leitor possa compreender qual a entonação que engendrou a observação direta desta pesquisa é a compreensão da estrutura base de uma instituição de acolhimento.

Conforme já foi exposto, a pesquisa teve início em três instituições de acolhimento, no entanto apenas em duas delas tive contato com as crianças e adolescentes, e apenas em uma o trabalho de campo foi concluído. Enquanto o motivo para o não contato com as crianças e adolescentes em uma das instituições foi de caráter político, o porquê do não término em outra será explicitado abaixo. Será sob as ações passadas nesta e na instituição na qual foi possível finalizar o campo que alçarei os argumentos aqui apresentados.

A primeira delas é caracterizada como um Abrigo Institucional e a segunda Casa Lar. A principal diferença, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁸ (BRASIL, 1990), está em a Casa Lar ser sustentada pelo ideal que permeia a noção de família tradicional formada por pais e filhos, os primeiros representados pela figura da mãe social, que fica dia e noite com as crianças, ocasionalmente tirando uma folga, e é

¹⁸ O intuito aqui não é fazer uma análise ou apontar as dimensões positivas ou negativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esse movimento já foi realizado por autores como Snizek (2007), Gontijo (2007), Carreirão (2004), Salina-Brandão (2009) e Oliveira (2007). Outra referência de análise do ECA, em defesa da convivência comunitária é o texto: *O direito à convivência familiar e comunitária : os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* (IPEA, 2004).

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

apenas auxiliada pelos outros funcionários da instituição, como educadores, psicólogo, assistente social e administradores.

Já o Abrigo não objetiva reproduzir o ambiente familiar da criança, focando-se em acolher um maior número de moradores dentro das melhores condições possíveis. Nesse modelo de instituição não existe a figura da mãe social, responsável por “dar carinho” para as crianças. Porém, em nenhum dos modelos relação entre os educadores e os moradores possui caráter sentimental, permanecendo limitada à função disciplinadora¹⁹.

O número máximo de moradores, 10 na Casa Lar e 20 no Abrigo, também possibilita que na primeira cada criança ou adolescente tenha uma atenção maior. Outro fator diferenciador é que ao Abrigo são encaminhados os casos considerados mais complexos, como de adolescentes grávidas, sem vínculos familiares ou em situação de rua. O que desvia a atenção dispensada a eles, e faz com que a concentração seja em minimizar os conflitos.

Retomando Malinowisk e a segunda pedra, o autor defende a observação direta a partir de uma total imersão na ilha do nativo, que neste caso são as instituições de acolhimento e suas crianças e adolescentes. Não entrarei aqui nas discussões traçadas pela Antropologia Urbana, nos limites e desafios de ser o “outro” em meio ao que o autor denomina semelhante. Na verdade, considero a total imersão enquanto em campo, possibilitada pelo sentimento de estranhamento para/com o nativo, o pesquisado. Pois, independentemente das semelhanças culturais e proximidade física com o *locus* do campo, a zona de símbolos e significados muda de um grupo para outro, ainda que sejam pertencentes a uma mesma sociedade.

O que também precisa ser levado em consideração é que o período de observação direta e o tempo passado dentro das instituições são fruto de uma negociação delicada com os administradores da Casa Lar e do Abrigo. Os argumentos utilizados foram que as crianças já faziam muitas atividades e que não teriam tempo para mim, e que alguns horários não teriam educadores o suficiente trabalhando para me acompanhar na pesquisa, que deveria ser vigiada de perto em função da não pergunta.

Nenhum dos argumentos se sustentou após o início do campo. De um lado por a maior parte do dia das crianças e adolescentes, independentemente da instituição, ser constituído de tempo ocioso. Por outro, logo que cheguei observei que os educadores

¹⁹ Sobre disciplina nas instituições de acolhimento ler Incrocci e Pimenta (2012).

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

trabalham em turnos de 12 horas por 36, de modo a manter sempre o mesmo número de funcionários trabalhando, e por desde o primeiro dia ter sido considerada por esses como uma pessoa a mais para cuidar dos moradores, sendo deixada a sós com eles durante praticamente todo o tempo passado em campo.

Não me vali desses momentos a sós com as crianças e adolescentes para fazer perguntas, respeitando as exigências dos administradores. Também respeitei em todos os dias de observação o início e o término do horário por eles estipulado. No entanto, o tempo em que estivemos somente eu e as crianças tem por característica principal no caso da Casa Lar a cumplicidade, e no do Abrigo o desafio.

Para Malinowski, um pesquisador que imerge na vida da aldeia e “mete o nariz em tudo”, logo passa a ser visto como uma parte integrante das suas vidas, por vezes até mesmo um mal ou aborrecimento necessário (1997, p. 22). Na Casa Lar o destaque fica para o “parte integrante”. Já no Abrigo predominou o “mal ou aborrecimento”, para eles desnecessário.

Esta divergência de aceitação entre uma e outra instituição é justificada pelas diferenças determinadas pelo ECA. Dentro da Casa Lar as crianças e adolescentes têm acesso restrito aos espaços. O tempo de lazer e das tarefas da escola é passado na sala de televisão do primeiro andar, geralmente destinada aos mais novos, ou na sala do segundo andar, é dividida entre outra sala de televisão e uma de brincadeiras e estudos. A restrição fez com que elas se concentrassem no ambiente no qual eu estava com maior facilidade.

A aglomeração das crianças e adolescentes em um só espaço foi o primeiro fator facilitador do contato entre eu e elas. O segundo é explicado pela figura da mãe social. Lá dentro chamada de Vó, ela representa uma quebra na normativa da impossibilidade de existência de sentimento entre os educadores e os moradores da casa. Tal regra não está prevista em lei, mas se consolidou pela experiência vivida, pelo costume e hábito presentes no cotidiano de uma instituição de acolhimento. O primeiro conselho que me foi dado por um educador quando comecei o trabalho de campo foi “não de apegue muito não porque vai sofrer depois”²⁰. Quebra que foi estendida a mim.

Na busca por fugir do estigma da autoridade e imposição da disciplina designado aos educadores, e por alcançar um estágio no qual as crianças e adolescentes se sentissem confortáveis para compartilhar seus pensamentos, visão de mundo, ideais,

²⁰ Fala extraída do registro das observações em caderno de campo.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sonhos, medos, inseguranças, até mesmo segredos comigo, acabei me assemelhando à figura da Vó. Passei os dias de observação sentada no chão de alguma das salas comunitárias sendo puxada, escovada, pisada, escalada, rabiscada, pintada por aqueles meninos e meninas.

De modo contrário, no Abrigo as crianças e adolescentes têm liberdade para transitar por todo o seu espaço a qualquer hora do dia. Com exceção dos momentos em que, a fim de minimizar a confusão, os educadores optam por manter algumas brincando no quintal e outras no interior da casa. A separação e a multiplicidade de locais constituíram uma primeira barreira para o contato e aproximação com os moradores do Abrigo.

A segunda barreira, também em oposição a Casa Lar, é justamente a ausência da mãe social. No abrigo não existe nenhum adulto que corresponda à necessidade das crianças e adolescentes por afeto, logo, a forma encontrada por um menino ou menina para obter atenção é via atitude que o/a faça se destacar em meio a tantos iguais. Tais atitudes se manifestam, na maioria das vezes, por meio de brigas, físicas ou verbais, pois o choro delas recorrente é o meio de acesso mais rápido à atenção.

A priori esse quadro pode parecer contraditório, mas a atenção da qual falo me referindo ao Abrigo é tecida pela autoridade refletida pelos educadores, autoridade que culminava em benefícios para aqueles que a conquistam. E que tem como base justamente o distanciamento, que caminha na contramão da proximidade necessária a construção de uma zona comum de signos e significados entre o pesquisador e o nativo.

Em decorrência desse fluxo, firmou-se normal que as crianças não se aproximassem de mim dentro do Abrigo, por não enxergarem motivos para requerer a minha atenção, posto que não poderia proporcionar em troca um pouco a mais de comida no almoço, a prioridade na hora de escolher a roupa após o banho, o controle da televisão, ou, na melhor das hipóteses, um olhar de censura para aquele que também brigou mas chorou por último, recompensas substitutas de um abraço, afago, cuidado.

Tal forma de significar a atenção dentro do Abrigo também fez com que as crianças e adolescentes vissem a minha presença ali como desagradável, pois a minha existência culminava, quase que obrigatoriamente, na ausência dos educadores, logo em um distanciamento ainda maior entre pequenos e adultos. Fato que dificultava o jogo de recompensas por eles partilhado.

Após a apresentação das condições sob as quais foi realizada a observação direta, é possível indicar que, tal qual prevê o autor, os momentos passados em campo

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

me possibilitaram criar a sensibilidade necessária para me sentir em verdadeiro contato com os participantes da pesquisa. De modo a compreender o porquê do mal estar causado pela minha presença no Abrigo e me retirar do campo. Por outro lado, diferentemente de como é narrado por Malinowisk, a harmonia entre o etnógrafo e aquilo que o rodeia em campo não aconteceu de forma natural, posto que as regras do campo foram determinadas por sujeitos que não eram os participantes da pesquisa, ou seja, pelos administradores e educadores, não pelas crianças e adolescentes. Argumento esse que permanece em voga no próximo tópico.

A terceira pedra

Continuando com o pensamento de Malinowisk, o autor afirma que o antropólogo:

Tem de ser um caçador activo e conduzir para lá a sua presa e segui-la até aos esconderijos mais inacessíveis. Isto leva-nos aos métodos mais activos de persuasão dos testemunhos etnográficos. (1997, p. 23)

Ao mesmo tempo em que reforça a idéia de que não basta lançar as redes e torcer para apanhar algo, que é necessário ser um caçador ativo, que estuda a sua preza e os métodos de caça, Malinowisk é incisivo ao discorrer sobre a importância de o antropólogo encontrar um equilíbrio entre estar treinado e atualizado teoricamente e ser capaz de alterar e abandonar suas perspectivas, de modo a moldar suas teorias aos fatos, ao campo, encontrando as melhores condições para trabalhar. Adaptações que se fizeram necessárias por duas vezes.

A primeira foi ao retirar do leque de possibilidades teoricamente elencado as entrevistas diretas ou indiretas, apesar do que prevêm as teorias recentes sobre a pesquisa com crianças (COHN, 2000a, 2000b, 2005, 2006; NUNES, 2009; SARMENTO, 2007), ao considerarem-nas, de um modo geral, aptas a responder a questionamentos diretos por serem indivíduos com saberes e opiniões formadas, após ser alertada por todos os administradores sobre a impossibilidade de realizar entrevistas com as crianças, posição marcada pela tentativa de proteção dessas e não por uma possível incapacidade²¹.

²¹ Estudos como o de Prada e Weber (2006) e Coutinho (2008) contrapõem essa visão dos administradores. Na pesquisa realizada pelas primeiras, entrevistas roteirizadas foram utilizadas como instrumento de apreensão do contexto de abrigo de crianças moradoras de uma Casa Lar e um Abrigo Institucional. As perguntas eram feitas para as crianças a partir de uma situação imaginária, elas então deveriam se colocar no lugar do personagem principal e responder o que fariam se estivessem em determinada situação.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Já a segunda ocorreu quando comecei a buscar em outros trabalhos instrumentos e métodos que facilitassem a criação de uma zona de conforto entre eu e as crianças. Encontrei nesses o desenho como o principal facilitador para captação da opinião dos meninos e meninas, seguido de filmes temáticos e brincadeiras lúdicas, como a encenação do que é popularmente chamado de brincadeiras de “casinha”, “escolinha”, “mamãe filhinha” etc. (PIRES, 2007; VIEIRA, 2006; SOARES, 2005).

Se a primeira adaptação foi necessária por determinação de terceiros, repetindo a situação apresentada no tópico anterior, a segunda adveio de demandas coletivas das crianças e adolescentes moradores da Casa Lar²². Após o primeiro contato e a aceitação dos meninos e meninas quanto a minha presença na casa, comecei a buscar instrumentos que viabilizassem a coleta de dados.

O primeiro deles foi a elaboração de desenhos, cheguei no horário marcado para observação munida de vários lápis de cor, lápis de escrever, papéis, tesouras, borrachas. A finalidade era que as crianças fizessem desenhos com base em alguns temas previamente determinados (família, escola, amigos, sonhos etc.), e que posteriormente descrevessem o desenho para registro em caderno de campo. No entanto, tão logo propus a atividade, percebi que não atingiríamos a proposta. Esses meninos e meninas, justamente por causa da situação de risco vivida, não frequentaram a escola mais do que um ou dois anos incontínuos²³, o que ocasionou uma inabilidade com os desenhos. Em outras palavras, a proposta do desenho foi limitada a alguns rabiscos e pedidos para que eu desenhasse e eles pintassem corações a serem entregues para mim e para os educadores²⁴.

O segundo foram os filmes temáticos, as teorias nas quais este instrumento são utilizados destacam o quão rico pode ser um debate entre as crianças após uma sessão de filme. Os moradores da Casa Lar, no entanto, não estão habituados a assistir filmes²⁵, o que tornou quase impossível que ficassem parados tempo o suficiente para assistir a um filme inteiro. O que dirá de aceitarem conversar sobre o filme depois. Ou seja, esta também não foi uma alternativa viável para coleta de dados.

²² Única instituição, em decorrência dos motivos já elencados, na qual prossegui com a observação direta, chegando à fase que Malinowisk denomina “métodos especiais de recolha, manipulando e registrando suas provas” (1997, p. 21).

²³ Situação que abrange a maioria das crianças e adolescentes e se estende mesmo àqueles com idade superior aos 12 anos, ao considerarmos que a idade média de início escolar é aos 6 anos.

²⁴ O significado desses corações será abordado em outro texto a ser publicado oportunamente.

²⁵ A exceção fica a cargo dos adolescentes (12, 14 e 15 anos), que eventualmente assistem a algum filme trazido por um educador, mas que proíbem os pequenos de assistirem (menores de 12 anos).

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Os outros instrumentos já foram fruto de uma imaginação metodológica, da ânsia por meios que possibilitassem a criação um ambiente propício à coleta de dados. Me vali, nessa busca por informações, das brincadeiras lúdicas e de sessões de manicure e cabeleireira, durante as quais a expectativa era que as meninas e meninos, que também pintaram as unhas e tiraram a sobrancelha, aproveitassem os momentos juntos e começassem a dialogar sobre a sua vida, a fazer as fofocas usuais de um salão de beleza.

Por fim, tentei aproveitar o interesse das crianças e adolescentes pela tecnologia e deixar uma câmera digital e meu celular na mão deles. Seguindo a mesma lógica do desenho, de registro do cotidiano e posterior descrição. Porém, desta vez, me foi proibido deixá-los usar o equipamento sem a minha presença, e eles, não habituados à manipulação do equipamento, tiraram poucas fotos e se recusaram a narrar o que estava registrado. Em resumo, o campo ditou as teorias, métodos e instrumentos utilizados, e em nenhum momento se moldou a qualquer proposta engessada que fiz. Caracterizando o que Malinowisk chama de “especiais” ao se referir aos métodos de recolha de dados.

Empilhando pedras e entalhando métodos e instrumentos

A teoria de Malinowisk sobre a metodologia e os instrumentos necessários à antropologia para uma pesquisa eficiente deixa claro que ao retirarmos qualquer uma das pedras basilares, o claro cunho científico da pesquisa, as condições adequadas do trabalho de campo ou os métodos especiais de recolha de dados, caímos nas “generalizações por atacado, sem qualquer informação relativa às experiências que conduziram os autores às suas conclusões” (1997, p. 18).

Para Malinowisk, levar a cabo com êxito o trabalho de campo é sinônimo de aprender a se comportar e apreciar a companhia do nativo, sempre com sensibilidade para compreender sua forma de pensar e agir. No caso desta pesquisa de campo, todas indicações do autor podem ser observadas, no entanto, há de se considerar o adendo da adaptação da teoria ao campo.

A reflexão aqui trazida aponta em duas direções. Uma de que o ritmo que determina uma etnografia nem sempre é dado pela relação entre seus participantes diretos, no caso eu (pesquisadora) e as crianças e adolescentes (nativos), mas em algumas situações pode ser ditado por terceiros, aqui os administradores e educadores. Ritmo que precisa ser seguido, condicionando a “imersão” e o “ser parte” apresentados por Malinowisk ao contexto no qual o objeto de pesquisa está inserido.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A outra de que os instrumentos e métodos da etnografia são efetivamente esculpidos pelos nativos, e não trazidos prontos pelo pesquisador. Foi na mão das crianças e adolescentes que as propostas de desenhos, filmes, sessões de manicure e cabeleireiro, fotografias, vídeos e brincadeiras de casinha, tomaram forma. Independentemente de qualquer teoria ou prática anteriores e alheias a eles. Fazendo com que a zona de signos e significados comum fosse construída no dia a dia das idas a campo, na observação dos gestos, ações, entonações, diálogos, silêncios, nas tentativas e erros compartilhados.